



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

PROCESSO CEETEPS n.º 2022/24241

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 049/2022

CONTRATO n.º 307/2022

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" – CEETEPS, E
GRAFICA CS EIRELI, TENDO POR OBJETO O
SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE APOSTILAS

O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA", por intermédio do Diretora Superintendente, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada pela Senhora Laura M. J. Laganá, RG nº 7.715.675-4e CPF nº 005.923.818-62, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e empresa GRAFICA CS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 10.651.441.0001-07, com sede Rua Alberto Peters, 537 – Jardim Petropolis – CEP 19.060-310, Presidente Prudente/SP a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo(a) Senhor(a) MARCOS ALVES DE SANTANA, portador do RG nº 19.330.331-0 e CPF nº 058.826.758-98, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a **prestação de serviços não contínuos DE IMPRESSÃO DE APOSTILAS**, conforme detalhamento e especificações técnicas

www.cps.sp.gov.br Página 1 de 24
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11)
3324.3300

MARCOS
ALVES DE
SANTANA:058
82675898

Assinado de forma
digital por MARCOS
ALVES DE
SANTANA:0582675898
Emprego:2022.12.26
14:18:38 -03'00'



Assinado com senha por NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:45:27, LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:51:25 e LAURA MARGARIDA JOSÉFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 26/12/2022 às 17:28:38.
Documento Nº: 60879536-9973 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=60879536-9973>



CEETEPSDC12022235031

SIGA



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início, mediante a expedição da autorização de início dos serviços, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato terá vigência de **60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo mencionado no *caput* poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no §1º do artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante termo de aditamento, atendido o estabelecido no §2º do referido dispositivo legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

www.cps.sp.gov.br Página **2** de **24**
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11)
3324.3300

MARCOS ALVES
DE
SANTANA0588
2675898

Assinado de forma digital
por MARCOS ALVES DE
SANTANA0588275898
Data: 2022.12.26
14:18:41 -0300



Assinado com senha por NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:45:27, LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:51:25 e LAURA MARGARIDA JOSÉFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 26/12/2022 às 17:28:38.
Documento Nº: 60879536-9973 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60879536-9973>



CEETEPSCD12022235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

**Administração Central
Gabinete da Superintendência**

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;
- III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;
- IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
- VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;



CEETEPSCD:202235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



CEETEPSCD1202235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;



CEETEPSCD|2022235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de início de sua execução.

V - permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

VI - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

www.cps.sp.gov.br

Página 7 de 24

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11)
3324.3300

MARCOS ALVES DE SANTANA:0
5882675898
Assinado de forma digital por MARCOS ALVES DE SANTANA:0582675898
08
Data: 2022.12.26
14:20:00 -03'00'



CEETEPSCDC1202235031

Administração Central
Gabinete da Superintendência

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço total de R\$ 7.888,65 (sete mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), mediante os seguintes valores unitários:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND. MENS.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	<p>Balconista de Farmácia - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 35 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente 	UND.	21	R\$ 24,30	R\$ 510,30
2	<p>Cuidador de Idosos - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 59 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente. 	UND.	42	R\$ 20,20	R\$ 848,40
3	<p>Jardineiro - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 63 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente. 	UND.	42	R\$ 20,60	R\$ 865,20



Administração Central
Gabinete da Superintendência

4	<p>Manicure e Pedicure - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 57 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente. 	UND.	84	R\$ 16,70	R\$ 1.402,80
5	<p>Maquiador - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 65 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente. 	UND.	63	R\$ 19,15	R\$ 1.206,45
6	<p>Montagem e Manutenção de Microcomputadores - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 49 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente. 	UND.	63	R\$ 16,80	R\$ 1.058,40
7	<p>Porteiro e Controlador de Acesso - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher</p>	UND.	63	R\$ 15,05	R\$ 948,15



CEETEPSCD|2022235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

	- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 38 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.				
8	Recepção e Atendimento - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher - Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm; - Miolo com 49 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores; - Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho - Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.	UND.	63	R\$ 16,65	R\$ 1.048,95
TOTAL GERAL					R\$ 7.888,65
CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO:					
COND.PAGAMENTO:		30 (trinta) dias, conforme cláusulas do edital.			
CONDIÇÕES DE ENTREGA:		Os bens deverão ser entregues conforme as condições estabelecidas no Edital.			
PRAZO VALIDADE PROPOSTA:		60 (sessenta) dias da abertura da proposta.			

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário

www.cps.sp.gov.br Página 10 de 24
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11)
3324.3300

MARCOS ALVES DE SANTANA,05
882675898
Assinado de forma digital por MARCOS ALVES DE SANTANA,0582675898
Dados: 2022.12.26 14:20:35 -03'00'



Assinado com senha por NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:45:27, LICIANDRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:51:25 e LAURA MARGARIDA JOSÉFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 26/12/2022 às 17:28:38.
Documento Nº: 60879536-9973 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60879536-9973>



CEETEPSCD2022235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O preço permanecerá fixo e irrevogável.

CLAUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário desta Autarquia, UGE **102401**, PROGRAMA DE TRABALHO: **12 363 1039 5845 0000**, FONTE DE RECURSO: **005003726**, NATUREZA DE DESPESA: **33 90 39 83**.

PARAGRÁFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido provisoriamente em até **05 (cinco)** dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.

PARÁGRAFO SEGUNDO



CEETEPSCD12022235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura **no protocolo do CONTRATANTE**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A. em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião



CEETEPCSDC1202235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
- b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

- a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;



CEETEPSCDC1202235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

- b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
- c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
- d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

www.cps.sp.gov.br Página 14 de 24
Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300

MARCOS ALVES DE SANTANA
Assinado de forma digital por MARCOS ALVES DE SANTANA
Data: 2022.12.26 14:21:41 -03'00'



Assinado com senha por NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:45:27, LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:51:25 e LAURA MARGARIDA JOSÉFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 26/12/2022 às 17:28:38.
Documento Nº: 60879536-9973 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60879536-9973>



CEETEPSCD1202235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO



CEETEPSCD1202235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.



CEETEPSCD12022235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01 (uma) via** de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, ____ de dezembro de 2022.

LAURA M. J. LAGNÁ
Diretora Superintendente

CONTRATANTE

MARCOS ALVES DE SANTANA
Administrador

MARCOS ALVES DE
SANTANA:0588267
5898

Assinado de forma digital
por MARCOS ALVES DE
SANTANA:05882675898
Dados: 2022.12.26 14:22:30
-03'00'

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



CEETEPCDC|2022235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA

Serviço de produção e impressão de impresso tipográfico – Apostila Didática, conforme as seguintes descrições:

Balconista de Farmácia - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 21 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 35 páginas em Papel offset, 75g/m²; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m², impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Cuidador de Idosos - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 42 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 59 páginas em Papel offset, 75g/m²; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m², impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Jardineiro - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 42 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 63 páginas em Papel offset, 75g/m²; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m², impressão 4x4 cores, com laminação brilho



CEETEPSCD12022235031





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Manicure e Pedicure - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 84 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 57 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Maquiador - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 63 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 65 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Montagem e Manutenção de Microcomputadores - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 63 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 49 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Porteiro e Controlador de Acesso - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher

Quantidade: 63 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 38 páginas em Papel offset, 75g/m2; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m2, impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Recepção e Atendimento - Volume 1 – Apostila do Ministério da Mulher



CEETEPSCD12022235031



Administração Central
Gabinete da Superintendência

Quantidade: 63 unidades

- Formato aberto: 380x265mm / Formato fechado: 190x265mm;
- Miolo com 49 páginas em Papel offset, 75g/m²; impresso a 4x4 cores;
- Capa e contracapa: Cartão Triplex 250g/m², impressão 4x4 cores, com laminação brilho
- Acabamento alceadas Wire-o sem pendente.

Modelo – Capas

Frente



Verso



A arte final será encaminhada via e-mail para empresa vencedora.

2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1 ENDEREÇO DE ENTREGA

A entrega das apostilas deverá ser no local indicado abaixo.

Etec Itaquera II

Endereço: Avenida Miguel Inácio Curi, s/no Vila Carmosina – 08295-005

Telefone: 11- 2056-5142/2056-5148





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

2.2 PRAZO DE ENTREGA

A entrega das apostilas nos locais indicados deverá ser em, no máximo, 30 dias corridos contados da assinatura do contrato.

3. ENDEREÇO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Será realizado na empresa vencedora

4. PRODUÇÃO DO MATERIAL

A produção do material se dará somente após a aprovação e autorização, por meio de análise de um exemplar de cada apostila.

5. ACONDICIONAMENTO DOS BENS

As apostilas deverão estar devidamente acondicionadas em caixas de papelão, lacradas e identificadas com a quantidade máxima de 100 unidades por caixa, sendo que cada caixa só poderá conter apostilas de apenas um único tema.





GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

RESOLUÇÃO REFERENTE A PENALIDADES

RESOLUÇÃO SDECTI Nº 12, DE 28-3-2014.

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de multa prevista nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, com fundamento no disposto no artigo 3º do Decreto nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, RESOLVE:

Art. 1º. Na aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22, de novembro de 1989, nos artigos 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21, de junho de 1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17, de julho de 2002, serão observadas as disposições desta Resolução.

Art. 2º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa, na forma estabelecida no artigo 5º desta Resolução.

Art. 3º. O atraso injustificado na execução do objeto do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I - em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos:

a) para atrasos de até 30 (trinta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

b) para atrasos superiores a 30 (trinta) dias: multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor global do contrato;

II - em se tratando de execução de obras ou de serviços de engenharia:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da parcela da obrigação contratual não cumprida;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor da obrigação contratual não cumprida; e

c) para contratos com valor de igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor diário do contrato;

III - em se tratando de serviços contínuos: multa de 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

www.cps.sp.gov.br

Página 22 de 24

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300

MARCOS
ALVES DE
SANTANA-05
882675898

Assinado de forma
digital por MARCOS
ALVES DE
SANTANA-05
Data: 2022.12.28
14:23:42 -0300



CEETEPSCDC1202235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

§1º O valor das multas previstas neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo financeiro ainda não realizado do contrato.

§2º A multa pelo atraso injustificado na execução do objeto do contrato será calculada a partir do primeiro dia útil seguinte àquele em que a obrigação avençada deveria ter sido cumprida.

Art. 4º. A inexecução parcial do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços não contínuos: multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da parcela não cumprida do contrato;

III – em se tratando de serviços contínuos: multa de 20% (vinte por cento) por dia de inexecução, calculados sobre o valor diário do contrato.

Art. 5º. A inexecução total do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, observado o seguinte:

I – em se tratando de compras ou de prestação de serviços contínuos ou não: multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

II – em se tratando de execução de obras ou serviços de engenharia ou de serviços contínuos:

a) para contratos com valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais): multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

b) para contratos com valor de R\$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): multa de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor global do contrato;

c) para contratos com valor igual ou superior a R\$ 500.000,01 (quinhentos mil reais e um centavo): multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

Art. 6º. Configurada a ocorrência de hipótese ensejadora de aplicação da penalidade de multa, o adjudicatário ou o contratado será notificado para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data da sua notificação.



CEETEPSCDCI202235031



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Administração Central
Gabinete da Superintendência

§1º Recebida a defesa, a autoridade competente deverá se manifestar motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela aplicação ou não da penalidade, dando ciência inequívoca ao adjudicatário ou contratado.

§2º A decisão que dispuser sobre a aplicação da multa será publicada no Diário Oficial do Estado e deverá conter o respectivo valor, o prazo para seu pagamento e a data a partir da qual o valor da multa sofrerá correção monetária.

§3º O adjudicatário ou o contratado será notificado da decisão, da qual caberá recurso a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

§4º A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da notificação do adjudicatário ou contratado.

Art. 7º. Ao término do regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a multa aplicada será descontada da garantia do respectivo contratado.

§1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá por sua complementação, mediante descontos nos pagamentos eventualmente devidos pela Administração até sua total quitação.

§2º Inexistindo pagamentos a serem realizados, o contratado recolherá o valor ao cofre público estadual, na forma prevista na legislação em vigor.

§3º Decorrido o prazo estabelecido sem o pagamento da multa aplicada serão adotadas as providências pertinentes voltadas à sua cobrança judicial.

Art. 8º. As multas de que trata esta Resolução serão aplicadas sem prejuízo da cominação das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 2002 e na Lei Estadual 6.544, de 1989.

Art. 9º. Os editais de licitação deverão fazer menção expressa às normas estabelecidas nesta Resolução, cujo texto deverá integrar os respectivos editais e contratos, na forma de anexo.

Art. 10. As disposições desta Resolução aplicam-se também às contratações resultantes de procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução SCTDE -1, de 22 de fevereiro de 1994.

(*) Republicada por ter saído, no DOE, de 29-03-2014, Seção I, páginas, 116 e 117, com incorreções no original.

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
GABINETE DO SECRETÁRIO

www.cps.sp.gov.br

Página **24** de **24**

Rua dos Andradas, 140 • Santa Ifigênia • 01208-000 • São Paulo • SP • Tel.: (11) 3324.3300

MARCOS
ALVES DE
SANTANA-05
882675898



Assinado com senha por NAIANE SANTOS MACIEL - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:45:27, LICIANDEIRA DO NASCIMENTO COSTA - Testemunha / UGAF/DMP/NC - 26/12/2022 às 14:51:25 e LAURA MARGARIDA JOSÉFINA LAGANÁ - Diretor Superintendente / GDS - 26/12/2022 às 17:28:38.
Documento Nº: 60879536-9973 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=60879536-9973>



CEETEPSCD1202235031